

O Projovem Urbano como política pública de educação

Análises sobre o processo de escolarização e inserção profissional dos egressos no município de Cametá

Adriana Viana Valente Cardoso¹

Resumo: O presente trabalho trata sobre uma proposta de pesquisa com o Projovem Urbano numa perspectiva da escolarização e inserção profissional de jovens egressos no município de Cametá. Esta política oferta a possibilidade de o jovem concluir o ensino fundamental numa proposta curricular que integra educação básica, formação técnica e participação cidadã. A investigação está estribada na perspectiva metodológica da pesquisa qualitativa e do tipo estudo de caso. Este texto tem como propósito socializar a proposta de pesquisa, bem como apresentar suas primeiras impressões.

Palavras-chave: Projovem Urbano; Juventude; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Criado por meio da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem foi instituído com objetivo de atuar simultaneamente na elevação da escolaridade e capacitação profissional dos jovens, estimulando a atuação dos mesmos por meio do desenvolvimento de projetos de ação comunitária. O modelo proposto de integração entre educação, trabalho e cidadania foi diferenciado em relação às políticas educacionais vigentes propondo uma ação que atingisse diferentes esferas na vida juvenil.

Tendo como base o artigo 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Projovem foi aprovado como experiência dirigida à parcela da juventude diagnosticada como mais afetada pelos processos econômicos e social.

A partir de 2008, foi ampliada a abrangência para os jovens de 18 a 29 anos, alfabetizados, que não concluíram o ensino fundamental, trabalhadores ou não, habitantes das capitais e municípios com 100.000 habitantes. Onde o programa passou a ser denominado Projovem Urbano e faz parte de um conjunto de políticas destinadas a população juvenil.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura da UFPA/ Campus Cametá. E-mail: adrianavalente09@gmail.com.

Este programa assumiu uma postura de política emergencial - atendendo um segmento com necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio – e de caráter experimental – ao propor um currículo que trata de forma integrada a formação geral, a qualificação profissional e a participação cidadã.

Ainda em 2008 o Governo Federal criou Projovem integrado com 4 modalidades: Projovem Adolescente, Projovem Trabalhador, Projovem Urbano e Projovem Campo, por meio da Lei 11.692/2008 e Decreto 6.629/2008.

Em 2012 o Programa passou a ser executado pelo Ministério da Educação – Decreto 7.649 de 21 de dezembro de 2011 - integrando a política educacional sendo desenvolvido no âmbito da modalidade de EJA, em articulação com as políticas de juventude e executado nos estados e municípios por meio das Secretarias de Educação. No Município de Cameté houve a efetivação de três edições no período de 2012 a 2015.

JUSTIFICATIVA

O programa Projovem Urbano durante seu período de vigência caracterizou-se como um dos eixos fundamentais da política nacional da juventude, principalmente, para com os jovens brasileiros que mais sofrem com as consequências de um processo de exclusão dos bens sociais, ente os quais, a educação e o trabalho. O programa tinha como objetivo trabalhar na perspectiva de contribuir especificamente para a reinserção do jovem na escola, a identificação de oportunidade de trabalho e qualificação profissional inicial, a oferta de oportunidades e desenvolvimento de vivencia desses jovens em ações comunitárias e o acesso dos seus participantes a inclusão digital como um instrumento de inserção e comunicação.

O Projovem urbano tornou-se uma realidade no município de Cameté no ano de 2012, onde o mesmo foi contemplado com as quatro modalidades do programa, entretanto, a pesquisa tem como foco apenas uma das modalidades – o Projovem Urbano – que na sua primeira edição ofertou 200 vagas, consolidando a primeira experiência do referido programa no município.

Esta proposta de pesquisa foi delineada a partir de uma convergência de realidades e vivências, pois as motivações para realização da mesma apresentam-se tanto nas dimensões profissionais como nas pessoais. Esse processo teve início a partir de nossa experiência como professora da rede municipal de educação de Cameté, nos anos de 2012 a 2015, ocasião em que trabalhávamos diretamente com jovens das edições 2012, 2013 e 2014 do

programa no município acima citado. Nesse período tivemos a oportunidade de conviver com jovens, em sua maioria, trabalhadores, que chegavam cansados à escola. No entanto, era notório o esforço desses jovens pela busca da superação das muitas limitações impostas pelas mais diversas circunstâncias sociais, e ainda nos chamava atenção o desejo que demonstravam em dar prosseguimento aos seus estudos.

Nesse sentido, a pesquisa tem como principal objetivo analisar as repercussões do Projovem Urbano, na perspectiva de compreender a proposta do programa, seus pontos positivos e negativos, bem como sua possível contribuição como política pública educacional para a juventude cametaense. Considerando a emergência desse tema no cenário mundial, pretende-se ainda, instigar novos estudos capazes de ancorar diretrizes e programas que visem a efetivar uma política pública de juventude de caráter emancipatório.

Outro motivo que torna a pesquisa relevante justifica-se pelo fato de que os jovens são as principais vítimas das desigualdades sociais, do desemprego, da violência, da pobreza e da falta de projetos futuros e carecem de políticas públicas educacionais.

Além disso, outro fator importante que necessita ser investigado diz respeito a organização curricular, a proposta de estratégias de organização do trabalho escolar, de organização dos tempos e dos espaços pedagógicos, pois através de um Projeto Pedagógico Integrado (PPI), o programa busca favorecer o encontro entre educador e educando, o que exige considerar suas experiências e conhecimentos, onde o jovem atue como sujeito, construtor de aprendizagens integradas formando um todo que tenha significado para ele.

O Projovem Urbano assumiu um caráter experimental ao basear-se em novos paradigmas, construindo sua proposta curricular com base em conceitos inovadores que dão suporte à articulação entre ensino fundamental, Qualificação Profissional e a Participação Cidadã, visando à formação integral do jovem, considerando como protagonista de sua formação. Diante do exposto, cabe a seguinte questão: Como o programa Projovem urbano foi executado no Município de Cameté e quais as repercussões na escolarização e na profissionalização dos jovens egressos?

Nesse sentido, verifica-se a necessidade de análise dessa experiência educacional voltada para a educação de jovens, uma vez que a juventude, particularmente, a juventude brasileira, necessita de um urgente investimento econômico, educacional, cultural, político e social. É preciso investigar se houveram avanços. Se os egressos da primeira edição prosseguiram os estudos, bem como suas dificuldades e progressos. Assim como os impactos do programa na vida desses jovens.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa trata sobre analisar as repercussões do Projovem Urbano na escolarização e na profissionalização dos jovens e como o programa os possibilitou o prosseguimento dos estudos, bem como a inserção no mercado de trabalho, incidindo na melhoria das condições materiais, sociais e culturais dos sujeitos.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

No que tange as Políticas Educacionais Azevedo (2004) aponta que a mesma definida como *Policy* – programa de ação – é um fenômeno que se reproduz no contexto das relações de poder expressas nas *Politics* – política no sentido da dominação – e portanto, no contexto das relações sociais que plasmam as assimetrias, a exclusão e as desigualdades que se configuram na sociedade.

Nesse sentido abordar a educação como política pública requer a compreensão do espaço teórico analítico próprio das políticas públicas que representam a materialidade da intervenção do Estado, ou “o Estado em ação”. Sendo assim, quando se enfoca as políticas públicas em um plano mais geral, e portanto, mais abstrato isto significa ter presente as estruturas de poder e dominação, assim como os conflitos incutidos por na organização social e que tem no estado o *locus* de sua condensação.

Sendo a política educacional parte de uma totalidade maior, deve-se pensá-la sempre em sua articulação com o planejamento mais global que a sociedade constrói como seu projeto e que se realiza por meio da ação do Estado. São pois, as políticas públicas que dão visibilidade e materialidade ao Estado e por isto, são definidas como sendo “o estado em ação” (JOBERT e MULLER, 1987 *Apud* AZEVEDO, 2004, p. 59-60).

Segundo Poulantzas (1980) *apud* Azevedo (2004), em um plano mais concreto, o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que tem nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente.

Outra importante dimensão que se deve considerar segundo Azevedo (2004), é que as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do estado em que têm lugar e por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve por si própria. Neste sentido, constroem-se, pois, a partir das representações sociais que cada sociedade desenvolve a respeito de si própria.

Os modelos de política não são independentes da política cultural e dos valores. Suas relações são duplas. Primeiramente o modelo de política deve dar formas aos conceitos e aos valores mais gerais da ordem social. Segundo, deve estar em harmonia com as concepções dominante do governo e com as formas de interação entre estado e sociedade (JOBERT, 1989 *apud* AZEVEDO, 2004, p. 66-67)

Desta maneira, deve-se ter presente que o processo pelo qual se define e se implementa uma política pública não se descarta do universo simbólico e cultural próprio da sociedade em que tem curso, articulando-se, também, às características do seu sistema de dominação e, portanto, ao modo como se processa a articulação dos interesses sociais neste contexto. Esta perspectiva analítica apresenta meios para se apreender os processos que engendram as políticas públicas, e por conseguinte, aqueles processos pelos quais vem percorrendo a política educacional.

Nesse sentido, o entendimento acerca das teorias da política pública permitirá analisar e compreender as políticas públicas educacionais que vem sendo desenvolvidas no que se refere a políticas destinadas a juventude, bem como seus impactos, o papel dos indivíduos, grupos e instituições envolvidas pela mesma.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL

Os jovens no Brasil são uma das maiores vítimas da desigualdade, das mazelas do desemprego, violência, pobreza e da falta de projetos futuros. Mesmo sendo beneficiada transversalmente por políticas de educação, saúde, habitação e assistência social, a juventude continua sendo um hiato nas ações focais do governo, já que direitos específicos foram construídos ao longo da trajetória das políticas sociais no Brasil com foco principal para demandas dos trabalhadores, dos contribuintes (no caso da previdência) ou, ainda, para a infância. Nesse sentido torna-se de fundamental importância a compreensão do conceito de juventude.

A palavra juventude tem assumido diferentes significados de acordo com o contexto histórico, social, econômico e cultural vigente. Porém, o sentido mais comumente encontrado é aquele que a define como uma fase de transição entre a adolescência e a vida adulta, um momento de preparação para um “devir”, conforme analisam Dayrell e Gomes, comentando sobre as imagens atribuídas a essa fase da vida. “Uma das mais arraigadas é a juventude vista na sua condição de transitoriedade, onde o jovem é um ‘vir a ser’, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente” (SILVA e SILVA, 2011, p.664).

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde, Organização Mundial da Saúde (OPS/ OMS), juventude é uma categoria sociológica que representa um momento de preparação de sujeitos – jovens – para assumirem o papel de adulto na sociedade e abrange o período dos 15 aos 24 anos de idade. No Brasil, a atual Política Nacional de Juventude (PNJ), considera jovem todo cidadão ou cidadã da faixa etária entre os 15 e os 29 anos. A Política Nacional de Juventude divide essa faixa etária em 3 grupos: jovens da faixa etária de 15 a 17 anos, denominados jovens-adolescentes; jovens de 18 a 24 anos, como jovens-jovens; e jovens da faixa dos 25 a 29 anos, como jovens-adultos. Considerando essa divisão, pode-se perceber que o primeiro grupo já está incluído na atual política da criança e do adolescente; entretanto, os outros dois não estão.

Embora analisar o significado da palavra juventude possa ser um tema instigante, não se pretende aprofundar essa discussão neste momento. Porém se considera importante salientar que, mesmo incluindo sujeitos de uma mesma faixa etária, a juventude possui características diferenciadas de acordo com o contexto no qual os jovens estão inseridos. Por essa razão, a literatura atual tem utilizado a palavra juventude no plural.

O plural de referência à Juventude é o reconhecimento do peso específico de jovens que se distinguem e se identificam em suas muitas dimensões, tais como de gênero, cor da pele, classe, local de moradia, cotidiano e projetos de futuro (IBASE; Pólis, 2005, p.8).

O uso da expressão “juventudes” representa o reconhecimento da necessidade de, ao se tratar de jovens, levar em conta que esse segmento constitui identidades e singularidades de acordo com a realidade de cada um.

Nessa perspectiva o tema da juventude tem se apresentado como uma questão emergente no século XXI. Em 12 de agosto de 2010, a Organização das Nações Unidas (ONU) abriu mais um Ano Internacional da Juventude. Sob o tema “Diálogo e Entendimento Mútuo”, a ONU objetiva encorajar o diálogo e a compreensão entre gerações, promover os ideais de paz, o respeito pelos direitos humanos, a liberdade e a solidariedade. Essa iniciativa corresponde a um anseio por uma nova ordem mundial que tenha o jovem como partícipe de sua construção e aponta para a necessidade de mudança na relação do Estado e da sociedade com a juventude.

Diversos esforços vêm sendo realizados no Brasil nas duas últimas décadas para garantir direitos sociais à população em situação de pobreza e historicamente marginalizada. Tais processos possuem marcos legais importantes como a Constituição Federal de 1988 e as legislações criadas em sequência nos anos 90 para regulamentar e garantir direitos iguais à

assistência (LOAS), à saúde (SUS), o acesso universal à educação (LDB), às crianças e adolescentes (ECA), entre outros (GOHN, 2003). Esses instrumentos serviram de suporte para o estabelecimento de condições legais na “reformulação das políticas públicas em favor da infância e da juventude”

Com a Constituição de 1988, a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, introduziu-se, na cultura jurídica brasileira, um novo paradigma inspirado pela concepção da criança e do adolescente como verdadeiros sujeitos de direito, em condição peculiar de desenvolvimento (LOPES. Silva; Malfitano, 2006, p.119 *apud* Segundo SILVA e SILVA 2011, p. 667).

O reconhecimento da necessidade de políticas públicas de caráter geracional para a juventude, tendo como diretriz a concepção de adolescentes e jovens como sujeitos de direitos, é recente. Na década de 90 é lançado no Brasil o ECA – Estatuto da criança e do adolescente constituindo-se como um marco histórico no que diz respeito a formulação de políticas para a juventude.

O Brasil passou a adotar uma nova cultura jurídica, pois, “pela primeira vez em nossa história, as crianças e os adolescentes deixaram de ser objetos e se tornaram sujeitos de Direito. O ECA veio substituir a doutrina da situação irregular’ pela ‘doutrina da atenção integral”⁴ (SILVA e SILVA 2011, p.119).

É importante salientar que, mesmo atendendo só a uma parcela da população jovem, os adolescentes, com a criação do ECA, em 1990, a juventude começou a ter maior visibilidade e atenção das políticas públicas.

Levando quase dois mandatos para organizar e renomear programas já existentes, o governo Lula começa a colher frutos em 2005 com a sanção da lei 11.129 que estabelece a criação do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), com a finalidade de formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais e da Secretaria Nacional de Juventude, que tem por responsabilidade articular todos os projetos direcionados ao Jovem.

Na visão de Silva e Silva (2011), o CONJUVE representa um importante canal de diálogo entre a representação juvenil e o governo federal, e tem como objetivo assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na elaboração, desenvolvimento e avaliação das políticas de juventude. Conforme

informações do Guia de Políticas Públicas de Juventude (2006), compete ao CONJUVE participar

... na formulação de diretrizes da ação governamental; promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil; e assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã (BRASIL, 2006, p.9).

De acordo com o CONJUVE é necessário reconhecer os jovens como “... sujeitos de direitos e promotores e destinatários de políticas públicas”. Identificando a importância do reconhecimento do papel dos jovens como agentes ativos e autônomos, “... o reconhecimento dos seus direitos deve estar alicerçado em uma perspectiva ampla de garantia de uma vida social plena e de promoção de sua autonomia” (CONJUVE *et al*, 2006, p.7).

Em 2007, mostrando realmente interesse no jovem, o governo Federal faz entrar em vigência a Medida Provisória nº. 411 que dispõem sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº. 11.129.

Este programa é voltado diretamente para atender o Jovem (entre 15 a 29 anos) e têm por objetivo promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano.

No final deste mesmo ano, começaram a ocorrer os encontros regionais de juventude que culminam em 2008 na I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, que foi promovida com a proposta de contar com a participação dos jovens de todo o país na elaboração de Políticas Públicas que realmente atendam a suas necessidades.

Finalmente, ocorreu no dia 07 de julho de 2010, no Senado Federal, a votação e a aprovação da PEC nº 042/2008, acompanhada por um amplo movimento da juventude organizada, conhecida como PEC da Juventude, oriunda da Câmara de Deputados como PEC nº 138/2003. A expectativa, agora, é pelo avanço na atualização e aprovação do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto Nacional de Juventude, pois, o principal desafio da PNJ é ser transformada em uma política pública de Estado e ter garantida a sua continuidade, independentemente da vontade do governante que esteja no poder.

Para Silva e Silva (2011) segundo as conclusões do diagnóstico elaborado pelo Grupo Interministerial sobre os programas federais e as condições socioeconômicas dos jovens brasileiros, para a Política Nacional de Juventude poder avançar no atendimento dos direitos fundamentais desse

segmento social, o país precisaria enfrentar os seguintes desafios: a) ampliar o acesso ao ensino e a permanência em escolas de qualidade; b) erradicar o analfabetismo; c) gerar trabalho e renda; d) preparar para o mundo do trabalho; e) promover uma vida saudável; f) democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; g) promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; h) estimular a cidadania e a participação social; i) melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais.

Segundo Silva e Silva (2011) apesar da relevância da criação da PNJ em 2005, é importante alertar para o longo caminho que ainda precisa ser percorrido. Não basta a existência de um órgão responsável pelo acompanhamento do desenvolvimento da PNJ e um aporte legal para dar conta de toda a demanda existente. Um dos principais desafios para a implementação de uma política pública asseguradora de direitos sociais para a juventude é obter a mobilização permanente da sociedade civil, conjugada à vontade e à decisão política para ampliar, aperfeiçoar, avaliar e monitorar, além de realizar o controle social democrático das atuais iniciativas.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para o desenvolvimento desta pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, uma vez que nele o pesquisador tem a oportunidade de vivenciar, interpretar e por vezes participar da pesquisa.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa, o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2009, p. 79).

A pesquisa qualitativa segundo Chizzotti (2009) privilegia algumas técnicas que coadjuvam a descoberta de fenômenos latentes, tais como a observação participante, história ou relatos de vida, análise de conteúdo, entrevista não diretiva etc. que reúnem um corpus qualitativo de informações que, segundo Habermas, se baseia na racionalidade comunicacional.

A pesquisa é do tipo estudo de caso, uma vez que a mesma busca compreender os impactos de um programa específico do governo federal gerido pela Secretaria Municipal de Educação. O estudo de caso é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que co-

letam e registram dados de um caso particular, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora.

Nisbett e Watts (*apud* ANDRÉ, 2005) indicam que o desenvolvimento dos estudos de caso segue, em geral, três fases: exploratória ou de definição dos focos de estudo; fase de coleta dos dados ou de delimitação do estudo; e fase de análise sistemática dos dados.

A fase exploratória é o momento de definir a(s) unidade(s) de análise - o caso, confirmar ou não as questões iniciais, estabelecer os contatos iniciais para entrada em campo, localizar os participantes e estabelecer mais precisamente os procedimentos e instrumentos de coleta de dados.

A fase de coleta dos dados ou de delimitação do estudo consiste em delimitar os focos da investigação, já que não é possível explorar todos os ângulos do fenômeno num tempo razoavelmente limitado. A seleção de aspectos mais relevantes e a determinação do recorte é, pois, crucial para atingir os propósitos do estudo e uma compreensão da situação investigada. Nesse sentido a pesquisa se propõe a entrevistar a princípio 10 alunos egressos do programa, afim de constatar os impactos trazidos pelo programa em suas vidas, bem como as possíveis contribuições ou frustrações. Pretende-se também entrevistar professores, gestores entre outros sujeitos envolvidos no projeto que se mostrarem pertinentes ao objetivo da pesquisa.

Na fase de análise sistemática dos dados são usados procedimentos analíticos, quando se procura verificar a pertinência das questões selecionadas frente às características específicas da situação estudada e são tomadas decisões sobre áreas a serem mais exploradas, aspectos que merecem mais atenção e outros que podem ser descartados. Essas escolhas decorrem de um confronto entre os fundamentos do estudo e o que vai sendo “aprendido” no desenrolar da pesquisa, num movimento constante que perdura até o final do relatório.

Um dos instrumentos de coleta de dados será a entrevista semiestruturada que segundo Triviños é em geral,

aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam a pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (TRIVIÑOS 1987, p. 146).

Dessa forma, o pesquisador apresenta os questionamentos básicos, permitindo que o entrevistado aja espontaneamente, explicitando sua opinião, suas experiências, seus anseios, etc, participando diretamente da elaboração do conteúdo da pesquisa.

Portanto, a utilização da abordagem qualitativa nesta pesquisa é de suma importância uma vez que leva em consideração todos os componentes de uma situação em suas interações, sem o isolamento de variáveis, buscando compreender e interpretar o fenômeno em seu contexto natural, além de dispor de técnicas que permitem que o pesquisador participe da pesquisa. Contudo, por se tratar de uma pesquisa que pressupõe a análise de dados, torna-se necessário a utilização da abordagem quantitativa, uma vez que a mesma, também, se propõe analisar os índices de alunos matriculados, o número de evasão e o total de concluintes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa encontra-se em sua fase inicial, mais precisamente no processo de levantamento bibliográfico acerca do tema abordado, bem como o contato com os sujeitos para o procedimento de entrevista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, cabe ainda perguntar: para onde irão os jovens que concluem o Projovem? Quem os encaminhará para o ensino médio? O curso de qualificação profissional oferecido pelo programa lhe permite ingressar no mercado de trabalho? Estas são questões que, além de outras, devem ser obrigatoriamente enfrentadas pelas esferas públicas, se a perspectiva do mesmo é, de fato, a reinserção desses sujeitos num processo educacional mais amplo, capaz de alavancá-los para patamares que, por uma série de motivos, até então lhes foram subtraídos, bem como sua inserção profissional no mercado de trabalho. Sabe-se que reverter indicadores sociais não é tarefa fácil e que as soluções não são simples. Nesse sentido, além da existência de boas ideias, bons projetos e bons currículos, importa, sobretudo, pensar na realidade desses sujeitos. Para tanto, considerar suas demandas, necessidades e desejos, muito especialmente aqueles relativos ao âmbito da educação e do trabalho, é de fundamental importância, a fim de que se possa pensar em políticas públicas integrais na perspectiva da emancipação desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3ª ed. Campinas: autores associados, 2004.

BRASIL. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

BRASIL. **PEC nº138/2003, PL nº4.529/2004 e PL nº4.530/ 2004**. Disponível em: www.camara.gov.br Acesso em: 17 fev. 2014.

BRASIL. **Lei nº11.129/2005**. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao>. Acesso em: 17 fev. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa Projovem adolescente e urbano**. Disponível em: www.mds.gov.br/suas/guia_protecao/Projovem e Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/pronasci/data>. Acesso em: 17 fev. 2014.

BRASIL. Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM. Subsistema de avaliação

do programa. **Relatório parcial de avaliação do PROJOVEM 2007**. Brasília, 2008.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IBASE; PÓLIS. **Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Relatório Final – nov. 2005. Grafitto.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 10ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

SILVA, Roselani Sodrê da and SILVA, Vini Rabassa da. **Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios**. *Cad. CRH* [online]. 2011, vol.24, n.63, pp. 663-678. ISSN 0103-4979. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000300013>.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, Jul/Dez 2006, p. 20-45.

SPOSITO, Marília Pontes and CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2003, n.24, pp. 16-39. ISSN 1413-2478. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000300003>.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.